



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015-902 - Belém - PA

CARTA

Carta Aberta contra o Assédio e a Discriminação

CONSIDERANDO que o Tribunal Regional Eleitoral do Pará instituiu a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as Formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito desta Justiça Especialização, por meio da Portaria TRE/PRE/GABPRE n.º 21.998/2023 que foi alterada pela Portaria n.º 22885/2024 TRE/PRE/GABPRE;

CONSIDERANDO os termos da Resolução CNJ n.º 351/2020, que instituiu no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;

CONSIDERANDO a adesão do Conselho Nacional de Justiça ao pacto pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, dentre os quais encontram-se o ODS 5, que visa à igualdade de gênero e a acabar com a discriminação contra as mulheres; o ODS 10, o qual objetiva acabar com a desigualdade; e o ODS 16, que visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, a proporcionar o acesso à justiça para todos e a construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

CONSIDERANDO o princípio da dignidade da pessoa, o valor social do trabalho, a proibição de todas as formas de discriminação e o direito à saúde e à segurança no trabalho (artigos 1º, incisos III e IV; 3º, inciso IV; 6º; 7º, inciso XXII; 37 e 39, § 3º; 170, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o assédio sexual viola o direito à liberdade sexual, à intimidade, à vida privada, à igualdade de tratamento e ao meio ambiente de trabalho saudável e seguro, atentando contra a dignidade da pessoa e o valor social do trabalho;

CONSIDERANDO que as práticas de assédio e discriminação são formas de violência que afetam a vida do trabalhador, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, podendo ocasionar graves danos à saúde física e mental, inclusive a morte, constituindo risco psicossocial concreto e relevante na organização do trabalho,

Esta Carta surge da necessidade de implementação de mecanismos, a fim de assegurar às(aos) membras(os) deste Tribunal, magistradas(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) um ambiente voltado ao combate do assédio moral, sexual e de qualquer tipo de discriminação, firmando, desta forma, o compromisso, por parte da Presidência desta Justiça Especializada, para promover:

1 – o pleno funcionamento das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, com participação efetiva na avaliação das políticas apresentadas;

2 – a avaliação com celeridade das políticas sugeridas pelas referidas comissões;

3 – o tratamento adequado aos casos de assédio e discriminação reportados à Presidência;

4 – a inserção do combate ao assédio e à discriminação em ações, campanhas, diálogos interativos com diversidade e representatividade;

5 – periodicamente, cursos e programas de capacitação nas escolas de formação de magistradas(os) e de servidoras(es) e respectivos programas de aperfeiçoamento e capacitação, com adesão obrigatória e exigência de frequência mínima;

6 – o estímulo de um ambiente de trabalho sustentável por meio da gestão participativa;

7 – a criação da rede de atendimento e canais adequados para o recebimento de denúncias, especialmente para recebimento de denúncias de violência contra as mulheres, promovendo atendimento adequado das vítimas, incentivando-as a relatar os fatos vivenciados;

8 – a capacitação da rede de enfrentamento e atendimento ao combate do assédio e discriminação, bem como das(os) magistradas(os), servidoras(es) e colaboradoras(es), para que estejam aptos a reconhecer a prática de atos abusivos no ambiente de trabalho;

9 – às unidades responsáveis pela Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral do Pará a ampla publicidade e divulgação das medidas preventivas e de combate ao assédio e à discriminação por meio desta Justiça Especializada e em todos os meios possíveis, a fim de demonstrar o comprometimento desta Instituição;

10 – em eventos com a participação desta Presidência, sempre que couber, a disseminação das políticas de combate ao assédio moral e sexual e aos atos de discriminação.

Assim, firmo compromisso em assegurar a implementação de políticas contra assédio e discriminação, observados princípios constitucionais que garantem a dignidade, a igualdade de tratamento, a vida privada e o ambiente seguro de trabalho.

(assinado e datado eletronicamente)

Desembargador LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará



Documento assinado eletronicamente por **DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**, **Presidente**, em 17/04/2024, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002338415** e o código CRC **14937E81**.